

Jornalismo e Identidades: Línguas Nacionais na Televisão Pública de Angola e o Exercício da Cidadania¹

Eufrásia Nahako SONGA²
Luciene de Oliveira DIAS³
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo:

Este artigo discute a forma como os processos identitários dos povos angolanos passam pelo campo do Jornalismo local. Nele apresenta-se o conceito de Jornalismo, tendo como gancho o Jornalismo televisivo em línguas nacionais feito em Angola. O objetivo é compreender os caminhos pelos quais a cidadania é exercida, sob a hipótese de que o *Noticiário em Línguas Nacionais* de Angola procura atender as necessidades dos povos representados e coopera para o fortalecimento de suas identidades.

Palavras-chave: Jornalismo; Identidades; Cidadania.

Para esta discussão, abrimos com a proposta de leitura do relato proposto por Guide (2007), para quem a indiferença pode causar danos irreversíveis à linguagem:

(...) Que contratem gregos, chineses, portugueses ou brasileiros não é da nossa conta. Mas, como agentes activos da sociedade angolana já não nos podemos manter indiferentes a alguns estragos lingüísticos que, com a complacência e a passividade das direcções desses órgãos, os assessores causaram nas referidas empresas jornalísticas. Com alguma frequência, fomos escutando colegas nossos dos órgãos estatais queixarem-se da introdução, por parte dos assessores sulamericanos, de termos estritamente brasileiros nas matérias jornalísticas em que estes punham a sua indesejada “colher”. Ainda na sua edição de segunda-feira, 11, o Jornal de Angola inseriu, numa determinada notícia internacional, a expressão “terno”, um brasileirismo que significa “fato” (o conjunto do vestuário). (...) Um jornal que se preze deve, pois, evitar inserir no seu serviço noticioso expressões da “rua”, sob pena de cair na vulgaridade. Longe de pretendermos ser arautos da nossa língua oficial, não nos podemos, porém, manter indiferentes ao português sofrível que se fala em algumas rádios, na Televisão Pública de Angola – ficamos estarecidos quando escutamos um locutor da TPA dizer “a perca da bola...” – e se escreve em certos jornais – entre o estatal e alguns privados. (...) Aconselhamos os nossos confrades a melhorar o seu principal instrumento de trabalho, a língua portuguesa, aproveitando ao máximo os cursos que, regularmente,

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda do Curso de Antropologia Social da FCS-UFG, email: eufrasonga@hotmail.com

³Orientadora do trabalho. Doutora em Antropologia e professora do Curso de Jornalismo da FIC-UFG, email: lucienediasj@gmail.com

o Centro Cultural Português tem oferecido aos órgãos de comunicação social. (...) Que saibamos, não houve qualquer acordo ortográfico da língua portuguesa que contemplasse a introdução dos termos regionais brasileiros nem de outro país da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Portanto, a semântica do português mantém-se a mesma. Até que se altere, a língua veicular tem de ser respeitada. Nada de ternos! (GUIDE, 2007, p. 175-176).

Essas palavras foram proferidas pelo jornalista Pascoal Mukuna, em editorial às páginas 2 e 3 do semanário angolano *Agora*, na edição de 23 de outubro de 2004. Neste editorial, Mukuna, citado por Guide (2007, p. 175), critica a influência linguística de assessores e consultores brasileiros contratados para trabalhar em alguns veículos angolanos tendo como exemplo uma reportagem sobre a roupa do presidente George W. Bush, que havia sido publicada no *Jornal de Angola*.

O jornalista “chama atenção para o papel dos meios de comunicação social na formação dos cidadãos, e considera um “péssimo exemplo” o uso de brasileirismos nas edições de jornais e em emissões de rádio e TV” (GUIDE, 2007, p. 175).

Essa reação é de jornalistas angolanos e também de instituições responsáveis pela formação de novos quadros para a área, como por exemplo o Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor) de Angola, que prima pelo ensino da Língua portuguesa. O objetivo do centro é fazer com que os novos profissionais de Jornalismo tenham total domínio da Língua.

Como se pode ver, a tentativa de preservação da Língua, principalmente de sotaque e estilos, é notável no meio jornalístico angolano, em especial na TPA. A influência linguística brasileira na mídia tem sido vetada pelas enormes diferenças de sotaque que o português angolano e o português brasileiro apresentam. “Queiram os angolanos ou não, a influência de outras línguas ou variações linguísticas é consequência do processo histórico e parece ser tendência inexorável” (GUIDE, 2007, p. 178).

Por essas tendências, e também por causa da necessidade de identificar os povos, a Televisão Pública de Angola (TPA), até então única cadeia televisiva pública no país, criou o *Jornal Nacional (JN)*, popularmente conhecido por *Noticiário em Línguas Nacionais*, pelo fato de este ser produzido e veiculado em Línguas nacionais angolanas.

O *JN* é transmitido todos os dias, nos canais 1 e 2 da TPA, em oito Línguas, consideradas as mais faladas no país, ou seja, as que predominam por conterem maior

número de falantes em Angola. São elas o *Fyote*, *Cocwe*, *Nganguela*, *Kikongu*, *Kimbundu*, *Umbundu*, *Kwanyama* e *Nhanheka Humbe*.



Figura 1. Logotipo do *Noticiário em Línguas Nacionais*.

O noticiário tem a audiência daqueles que preferem ouvir as notícias em línguas nacionais e daqueles que não entendem o Português e têm o veículo como sua única opção. Portanto, O *JN* pode ser interpretado como um instrumento fundamental para a construção de uma comunicação social submetida aos interesses do público e aos princípios da responsabilidade social.

Há vários grupos étnicos em Angola - país localizado na costa ocidental do continente africano, oficialmente denominado República de Angola. O país faz fronteiras com o Congo Democrático, a República Democrática do Congo, a Zâmbia, a Namíbia e o Oceano Atlântico. Angola está dividida por 18 províncias.

Em cada grupo étnico existente em Angola predomina uma Língua nacional, nativa, ou seja, de origem africana. O mesmo que dizer que cada província em Angola possui uma

Língua predominante, uma vez que cada grupo étnico predomina em determinada província. Lewis, Simons e Fenning (2013), citados por Cacumba (2014), afirmam que o país possui 39 Línguas nacionais, sendo que 38 estão vivas e uma, extinta. A maioria de origem Bantu.

Línguas nacionais no Jornalismo angolano

A Língua portuguesa em Angola foi declarada como “Língua oficial”, o mesmo que “Língua nacional” aqui no Brasil, durante o ato da proclamação da independência no país, em 11 de novembro de 1975, em Luanda – capital do país. Segundo Coelho (2014), fortes protestos seguiram a designação deste idioma como oficial.

Foram notórios os assobios e gestos de desconformidade e frustração quando o Presidente Agostinho Neto, durante o mesmíssimo acto da proclamação da República Popular de Angola, anunciou que o Português passava a ser a língua oficial do país. Sem dúvida, a declaração surpreendeu e desagradou profundamente a grande parte dos angolanos presentes naquele acto multitudinário, em Luanda. O próprio presidente Neto se surpreendeu com o volume da onda de protesto, mas tratou de minimizar a importância do incidente. Contudo o eco da reacção dos primeiros instantes retumbava nos dias posteriores e havia ponderosa razão para esse tipo de manifestações. Era o desabafo, era o resultado da prolongada luta anticolonial. (COELHO, 2014. Disponível em: <http://www.uaisites.adm.br/iclas/pagina_ver.php?CdNotici=27&Pagina=Biblioteca>. Acesso em 15 set. 2014).

A implantação da Língua Portuguesa como Língua oficial em Angola afetou os vários setores do país, incluindo os meios de comunicação social e a atividade jornalística em si. A importância que sempre foi dada à Língua portuguesa como Língua oficial justifica o fato de a maior parte das emissões ser difundida em Português (COELHO, 2004).

Não obstante, o crescimento econômico nos anos de 1960, que permitiu maior nível de escolarização dos cidadãos angolanos, determinou o surgimento e a intensificação dos meios de comunicação eletrônicos entre as populações de baixa renda.

Por meio do Rádio, na década de 1960, quando o panorama jornalístico em Angola começou a mudar, os povos tiveram acesso à informação independente, produzida pelos

próprios angolanos. Este meio de difusão teve de adaptar-se à transmissão dos conteúdos nas Línguas e linguagem dos povos (COELHO, 2004).

As emissões em Língua Portuguesa, feitas e dirigidas expressamente aos colonos, que jamais incluíam sequer músicas angolanas e africanas de forma geral, terminaram em 1961 (COELHO, 2004).

Inicia-se, como resultado do combate com palavras, a luta com armas, em 1961, momento em que se concretiza o anseio de libertação do jugo português. Depois de mais de cinco séculos de dominação, os angolanos vão, aos poucos, retomando o leme de sua história e conduzindo Angola pelos caminhos da liberdade (VIEIRA, 2010, p. 3).

Foi neste mesmo ano que surgiu na província do Huambo a primeira emissão de rádio com música nacional, angolana, e locução bilíngue, em português e Umbundu (COELHO, 2004).

O Rádio, por ser um veículo de maior alcance e também tido como “a mídia da emoção” (CÉSAR, 2005) foi um meio de comunicação muito utilizado pelos partidos angolanos como forma de resistência ao governo colonialista português. Para alcançar as pessoas, os dirigentes tiveram que se adaptar, para a inclusão destes povos, transmitindo assim seus ideais políticos em Línguas nativas.

Sobre jornais impressos em Línguas nacionais, o primeiro a ser publicado, embora em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA), e não dentro de Angola, foi o *Kamba dia Ngola*, que numa tradução literal seria “Amigo de Angola”. De acordo com Coelho (1999), este jornal foi editado na Língua *Kimbundu*.

Kamba dia Ngola surgiu em fevereiro de 1896. Teve apenas duas edições. Era ilustrado e era vendido por “10 cêntimos” por exemplar (MARQUES DE MELO, 1985, p. 61). A iniciativa foi de Héli Chatelain, que viveu muitos anos no país (especialmente entre os “quimbundos”) e tornou-se um estudioso dos costumes locais e também fundador de igrejas evangélicas em Angola.

Com o passar do tempo, outros jornais impressos foram introduzidos no país. Os jornais de pequena tiragem circulavam na capital do país e não vinham das massas, porque a maioria não sabia ler. Além disso, muitas pessoas não tinham possibilidade econômica para adquirir os jornais.

Na televisão, somente oito anos após a libertação do povo angolano, ocorreu o surgimento e a consolidação de um noticiário em Línguas nacionais. Conforme o diretor para a Área de Línguas da Televisão Pública de Angola: “as línguas nacionais surgem na TPA, sobretudo, a 15 de abril de 1983 seguindo do DIP, na altura Departamento de Informação e Propaganda do partido que oficialmente estava e continua no poder, o MPLA, no sentido de “comunicar, levar a informação” (SILVA, SONGA, LAGARES et al., 2014, p. 13), aproximar o povo de sua realidade e construções identitárias.

Atualmente, a Rádio Nacional de Angola (RNA), por meio do canal *Ngola yetu*⁴, literalmente traduzido como “Nossa Angola”, emite a maior parte de sua programação em Línguas nacionais. “Com 20 horas de emissão diária, apresenta informações sobre esporte, saúde, cultura, abrangendo 12 idiomas nacionais” (SILVA, SONGA, LAGARES et al., 2014, p. 183). Como já foi dito, a TPA, por sua vez, possui o *Jornal Nacional*, também conhecido por *Noticiário em Línguas Nacionais*. As oito Línguas nacionais veiculadas pela TV são emitidas por intermédio de jornalistas angolanos profissionalizados.

Atualmente, na internet também já é possível achar informações variadas em Línguas nacionais angolanas. Sites que promovem a cultura angolana e o exercício da cidadania, principalmente nas Línguas mais faladas entre os angolanos, nas Línguas *Umbundu e Kimbundu*.

Recentemente, foi criado um prêmio para os jornalistas angolanos que trabalham com Línguas nacionais, o “Prêmio Jornalismo em Língua Nacional”. Este nada mais é do que uma distinção de mérito atribuída ao Jornalista que mais se destaca no exercício jornalístico em Língua nacional (PRÊMIO MABOQUE DE JORNALISMO, 2013, ARTIGO 4º e 5º).

Em concordância com Saussure (2001, p. 222), afirmamos que as Línguas nacionais foram implantadas no Jornalismo para atender “às necessidades linguísticas das comunidades que as usam”. São ações que atualmente, diria, passam pelo cumprimento da lei. Isto com base na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), em sua IV secção, que concebe os artigos 35 ao 40, e também de acordo com o Diário Oficial da República de Angola (2001).

⁴ Expressão proveniente da Língua nacional angolana *Kimbundu*.

No entanto, a maior e melhor qualificação no *Jornal Nacional* supõe o domínio, não somente de “técnicas de reportagem, das formas de elaboração de mensagens, da edição” etc., mas das próprias Línguas nacionais. Afinal, não fossem essas Línguas o *Jornal Nacional* não existiria. Aliás, não é possível ter Jornalismo sem Língua. Lidar com Língua é lidar com o específico.

Que atividade é essa?

Estudiosos da área concordam que não é fácil definir o Jornalismo. “Definir o jornalismo, dizem, é limitá-lo” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 32). Entretanto, para Souza (2006, p. 193), o Jornalismo, na sua essência, corresponde “à actividade profissional de divulgação mediada, periódica, organizada e hierarquizada de informações com interesse para o público”. O autor lembra, porém, que essa noção de Jornalismo tradicional tem sido colocada em questão, devido às novas formas de Jornalismo que têm estado a surgir.

Bourdieu (1998), citado por Traquina (2008, p. 25), afirma que o Jornalismo “é um microcosmos e os jornalistas partilham estruturas invisíveis que organizam a percepção e determinam o que vemos e não vemos”. Essas estruturas não passam de estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas (p. 24).

Segundo Kovach e Rosenstiel (2004) é difícil separar o conceito de Jornalismo do conceito de criação de uma comunidade e do conceito de democracia. Isto porque, de acordo com tais teóricos, “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (p. 31). O Jornalismo, assim, acaba sendo uma atividade que propõe um compromisso com o cidadão e sua sociedade.

Cláudia Lago e Marcia Benetti (2007, p. 107), por sua vez, definem o Jornalismo como “um lugar de circulação e produção de sentidos”.

O jornalismo é um modo de conhecimento: ele tanto produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outros atores. [...] O jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência (BENETTI, 2007, p. 110).

Tal reflexão sobre o Jornalismo permite inferir que o *Jornal Nacional* da TPA, cria novos espaços e produz outros sentidos por meio das Línguas nacionais que são usadas. O telejornal acaba sendo um espaço emancipador dos sujeitos. As Línguas nacionais, e suas respectivas linguagens, possibilitam a produção de novos sentidos. Sentidos estes que são criados por cidadãos nacionais e imprimem certa lógica na vida de cada pessoa angolana e da nação em geral.

Para Saussure (2006), o sentido nada mais é do que a outra parte do signo linguístico. Na explicação de Saussure (2006 apud FERIGOLO, 2009, p. 75), o signo linguístico, unidade da Língua, refere-se a “combinação de duas partes, uma delas chamada significante – ou imagem acústica – e a outra o significado – ou conceito, ou significação e, ainda, sentido – ligados por uma relação de arbitrariedade”. Eduardo Guimarães (2002 apud FERIGOLO, 2009, p. 80), acrescenta que “o sentido se realiza nas relações com o mundo, com os objetos e com o estado das coisas”.

(...) é válido dizer que, para Grice, o sentido se dá do ponto de vista da intenção do sujeito (psicológico). Nesse caso, ele não é tratado como uma questão linguística e nem como uma categoria de natureza linguística, mas como uma instância que desloca para indivíduo [sic] a disponibilidade do tempo, do espaço e das coisas. (...) A área da filosofia também contribui com um modo de repor o sujeito e as questões que se relacionam a ele na linguagem. Nessa teoria, linguagem é ação, e o sentido de uma palavra é dado pelos usos dessa palavra na linguagem. (FERIFOLO, 2009, P.80)

Logo, o sentido das palavras proferidas no *Jornal Nacional*, em Línguas nacionais, também é dado pelos referidos usos na linguagem. O Jornalismo, enquanto lugar de “circulação e produção de sentidos”, propaga tais palavras e linguagens.

De acordo com Cremilda de Araújo Medina, a entrevista, uma técnica muito usada na atividade jornalística, para aquisição de informações, “se funda na mais duvidosa e mais rica das fontes, a palavra.” (MEDINA, 2008, p. 11). Esta palavra é aquela que facilita a construção, “produção” e “circulação” de sentidos. “A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas” (MEDINA, ibidem, p. 18).

Para Cremilda Medina, durante a entrevista deve existir “uma ambição ousada”: o diálogo. Segundo Edgar Morin, citado pela autora, “o diálogo é uma “práxis”, portanto

trata-se de restaurá-lo como prática humana”. Medina, então, questiona “por que não no jornalismo, cuja finalidade última é a comunicação?” (MEDINA, *ibidem*, p. 11).

Medina (2008) incita, assim, o uso do diálogo, durante uma entrevista, pelo fato deste apresentar um perfil humanizado e nada mais ser do que um tipo de comunicação “dialógica” (FREIRE, 2007). Em afetiva concordância com a autora, entretanto, Benetti (2007, p. 116) apresenta o Jornalismo como sendo “um campo de interação”, ou seja, um lugar onde o diálogo toma espaço.

A dialogicidade é apresentada por Paulo Freire (2007) como a essência do diálogo. Segundo o autor, “quando tentamos adentrarmos no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra” (FREIRE, 2007, p. 89). Para Freire, não existe palavra verdadeira que não seja “práxis”: ação e reflexão. “Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (*Ibidem*).

Se o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade -, isso implica em inserção, em conhecimento da realidade. Para tanto, um compromisso carregado de humanismo deve ser fundamentado cientificamente, ou seja, a este profissional é exigido constante aperfeiçoamento (IJUIM, 2009, p. 39).

Angolanização da informação

Sobre o compromisso do Jornalismo com a ética, a técnica e a responsabilidade social, Paulo Freire (1983), citado por Ijuim (2009), estabelece que: “Um profissional, antes de ser profissional, é homem. Deve ser comprometido por si. (...) Por isso, um jornalista é, antes de tudo, um homem (ser humano)” (FREIRE 1983 apud IJUIM, 2009, p. 38).

O alerta de Ijuim (2009) quanto ao compromisso do Jornalista é pertinente. Segundo o autor, o verdadeiro compromisso resume-se em “solidariedade”. “Esse compromisso, esse engajamento, no entanto, não pode ser confundido com militância.” (FREIRE 1983 apud IJUIM, 2009, p. 36).

Solidariedade, portanto, também se refere à responsabilidade que um fazer – jornalístico – de criar identidade entre o que se propõe a divulgar e a criação de identidade com audiência. (...) a solidariedade também depende de estratégias e abordagens pelas quais cumprimos nossos anseios de transformação (IJUIM, 2009, p. 37-38).

O Jornalismo angolano, assim como a Literatura do país (VIEIRA, 2010), apesar da repressão do colonizador, sempre procurou afirmar-se como uma atividade profissional pública de fato. Não somente para a prestação de serviços comunicacionais de qualidade, mas também para a criação de sua Identidade, tendo como base a solidariedade para com seu povo.

(...) para combater a ação colonizadora, os angolanos não apenas recusam os modelos impostos pelo colonizador como propõem os seus próprios, buscando-os em uma Angola anterior à colonização, cujo traço primeiro é a tradição oral, os costumes passados de geração em geração, as estórias contadas à beira da fogueira. Contudo, a proposta dos “Novos Intelectuais” de recuperar elementos da tradição é possível apenas em termos de modernidade, uma vez que não se trata de um nacionalismo conservador e nostálgico, e sim de um projeto estético e político de reconstrução da identidade do país, considerando a dialética entre tradição e modernidade (VIEIRA, 2010, p. 2).

Nessa senda, e também na busca por cumprir o que foi estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, o Jornalismo opta por características próprias, que identifiquem os povos. Uma delas é a implantação das Línguas nacionais e dos verdadeiros hábitos culturais do povo nos meios de informação e comunicação. Assim como acontece na Literatura (VIEIRA, 2010), na Educação (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2001) e em vários outros segmentos.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, também conhecida por Declaração de Barcelona, é um documento assinado pela UNESCO⁵ e várias outras Organizações Não-Governamentais (ONGs), para apoiar o direito linguístico, principalmente os de Línguas ameaçadas de extinção. Em seu artigo 35, a Declaração confere ao cidadão o direito de passar e obter informação, sem distinção étnica, pela sua Língua e pela forma que este considera ser mais apropriada.

Todas as comunidades linguísticas têm o direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua nos meios de comunicação do seu território, tanto nos locais e tradicionais, como nos de maior difusão e de tecnologia mais avançada, independentemente do sistema de difusão ou de transmissão utilizado (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, 1996, p. 13).

A caminhada é longa, mas já é possível notar que a oferta de conteúdos na televisão, rádio, jornais e em outros meios, tem procurado contrariar a grande influência exercida no

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - acrônimo de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

país por aqueles canais estrangeiros e até mesmo por canais nacionais que, muitas vezes, se chocam com aquilo que é a realidade do país. Existe certa busca pela Identidade e liberdade jornalística, aquilo que profissionais da comunicação chamam de *angolanização da informação* – um fazer jornalístico propriamente angolano.

Esta inovação, no âmbito da utilidade de aspectos culturais, que no presente caso é a Língua, vem constituindo a Identidade da televisão e, em especial, da nação angolana, embora não se possa negar a presença dos processos de inclusão, exclusão, diferenciação, hierarquização e de poder entre os diferentes povos.

Se concordarmos com Rita Segato (2007, p. 47) quando diz que “es a partir del horizonte de sentido de la nación y su historia que se perciben las construcciones de la diferencia” (p. 47), podemos afirmar que a televisão em Angola tem papel fundamental no processo de construção do respeito às diferenças e às especificidades.

A partir da apreensão de Segato (2007), as Identidades afirmadas politicamente, o que é a hipótese aqui aventada quando pensamos a defesa da adoção de Línguas nacionais no processo de produção de material jornalístico – acabam por consolidar e garantir historicidade e dinamicidade às alteridades. O que equivale afirmar que a partir do momento em que o Jornalismo se dedica a este tema, este campo do conhecimento se agencia no processo identitário de diversos povos.

A realidade jornalística angolana não escapa disso. No Noticiário da TPA essa afirmação é feita por meio da adoção das Línguas nacionais para o fortalecimento das Identidades, a valorização dos valores linguísticos e sua preservação - para permanecerem vivas.

Se concordamos que é a performatividade que garante as representações identitárias, ainda como defende Segato (2007), chegamos à afirmação de que ao adotar Línguas nacionais em sua programação, a TPA visibiliza etnias e, conseqüentemente, garante a explicitação de sua existência, o que é o mesmo que conferir cidadania. No *Jornal Nacional* essa performance passa pela Língua nacional, pela linguagem, pelo sotaque, pelas imagens apresentadas, o que converge para representações que chegam à autorrepresentação.

Um bom exemplo para pensar é a adoção do *Umbundu*, que no *Jornal Nacional* é trabalhado a partir de três centros de produções da TPA. No centro de produção do

Lubango, capital da província da Huila, no centro de Benguela, na província de Benguela e no centro de produção do Huambo, capital do Huambo. Os povos das três cidades ostentam variações da mesma Língua. Sendo que no momento da transmissão, apresentadores e repórteres das três cidades contribuem para que a emissão do jornal seja bem sucedida. Com este processo, a cultura torna-se pública e os *ovimbundu* movimentam suas Identidades.

Geertz consolida essa ideia afirmando que a cultura só é pública porque “o significado o é” (1978, p. 22), ou seja, a TPA, ao tornar públicas oito das principais Línguas nacionais em Angola, apresenta também as características destes povos. É um ato, não somente de reprodução de imagens dos grupos representados, mas de manifestação de suas culturas em um veículo especializado em informação e comunicação.

Em suma, as Línguas nacionais na televisão angolana acarretam vários significados. Dentre eles, a liberdade conquistada pelos angolanos. Por muito tempo, a Língua portuguesa foi o mais importante meio de descolonização dos povos. Graças a resistência dos mesmos, hoje essas Línguas são usadas para continuidade pública da cultura angolana, para dar vida ao que por pouco deixaria de existir. Isso porque o outro, ou seja, o diferente passa a existir e desta existência novas relações são estabelecidas. As Línguas passam, assim, a circular onde nunca antes tiveram espaço e, conseqüentemente, são reavivadas. Acabam sendo conhecidas por quem as desconhecia. A cidadania é exercida e o papel do Jornalismo, cumprido.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. Lei nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001. **Diário da República: Órgão Oficial da República de Angola**, Luanda, I Série, n. 65, 31 de dezembro de 2001. Artigo 9º (Língua).

ANGOLA. **Regulamento Prémio Maboque de Jornalismo**. Edição 2013. Disponível em: <<http://www.maboque.net/regulamento/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

CACUMBA, Joaquim Sapalo Castilho. **Determining the academic reading needs of teacher trainees of English at ISCED-Huíla, Angola**. Disponível em: <http://uir.unisa.ac.za/bitstream/handle/10500/13784/dissertation_cacumba_jsc.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 ago. 2014.

CÉSAR, Cyro. **Rádio: a mídia da emoção**. São Paulo: Summus, 2005.

COELHO, Sebastião. **Angola: Histórias e Estórias da Informação**. Luanda: Executive Center, 1999.

COELHO, Sebastião. **Língua Oficial e Línguas Nacionais**. 2014. Disponível em: <http://www.uaisites.adm.br/iclas/pagina_ver.php?CdNotici=27&Pagina=Biblioteca>. Acesso em 15 set. 2014.

ESPANHA. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona: junho, 1996.

FERIGOLO, Juciane. A Língua enquanto sistema e a língua enquanto produção de sentidos para o sujeito. In: **Ráido**, Dourados, MS, v.3, n. 6, p. 73-84, jul./dez. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: Zahar, 1978, p. 13-41.

GUIDE, Antônio Marcos. **TPA - O Modelo de TV Pública de Angola**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

IJUIM, Jorge Kenehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 31 – 43, jul/dez. 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. – 2. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. 5ª Ed. São Paulo: Átila, 2008. 96p.

MELO, A. Borges. **A influência do Brasil no Jornalismo de Angola**. Rio de Janeiro: Livraria Paisagem, 1985.

SAUSSURE, de Fernand. **Curso de Linguística Geral**. 27. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **La Nación y sus Otros: raza, etnicidad e diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa em Comunicação**. Porto: BOCC, 2006.

SILVA, SONGA, LAGARES et al., A televisão e o rádio em Angola: surgimento e a implantação dos jornais em línguas nacionais. p. 171 – 189. In: DIAS, Luciene de Oliveira e FARIAS, Sálvio Juliano Peixoto (orgs). **Estudos Contemporâneos em Jornalismo** (Coletânea 2). Goiânia: FIC/UFG, 2014 – 352 p., il.

TPA INTERNACIONAL. **Logotipo do Noticiário em Línguas Nacionais**. Disponível em: <<http://www.tpai.tv/programas?item=Notici%C3%A1rio+L%C3%ADnguas+Nacionais>>. Acesso em: 30 maio 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: uma comunidade interpretativa transnacional (Vol. II)**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2008.

VIEIRA, Karina Mayara Leite. Pelos caminhos da memória: a angola do pós-independência revisitada por Ondjaki. In: **Revista África e Africanidades** – Ano 3 – n. 10, 15 p., ago. 2010.